



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – PARÁ/CASTANHAL
SECRETARIA ESTADUAL
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PR-PA-00000000/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÚMERO: XX/2025

PGEA Nº 1.23.000.00XXXX/2025-XX

A **União**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, com sede na rua Domingos Marreiros, nº 690, bairro Umarizal, Belém, CEP 66.055-215 inscrito(a) no CNPJ/ME sob o nº 26.989.715/0019-31, neste ato representado pelo Secretário Estadual, **RENATO TABOSA KOCH COUTINHO**, matrícula nº. 22.510, no uso da competência que lhe foi atribuída pela **Portaria nº 171**, de 30 de maio de 2022, do **PROCURADOR-CHEFE** da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**, e pelo **art. 41, IX, do Regimento Interno** do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, aprovado pela **Portaria n.º 382**, de 05 de maio de 2015, do Exmo. Sr. **SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025**, derivado do Processo licitatório de número: **PGEA - 1.23.000.000176/2024-97**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) pessoa(s) jurídica(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes dos seguintes normativos legais: **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**; **DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023** (Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional) e demais normas e regulamentos correlatos, em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços contínuos de mão de obra terceirizada compreendendo o fornecimento de mão de obra, uniformes, equipamentos de proteção e segurança – EPIs, equipamentos e insumos necessários à adequada e perfeita execução dos serviços nas dependências das unidades da Procuradoria da República no Estado do Pará – prédio-sede e prédio anexo, das Procuradorias da

República nos Municípios de Altamira, Itaituba, Marabá, Paragominas, Redenção, Santarém e Tucuruí, conforme especificações neste instrumento, a serem executados com regime de **dedicação exclusiva** de mão de obra e **por demanda**, conforme abaixo discriminado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência que embasou a presente contratação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR/BENEFICIÁRIO:

2.1. Dados do fornecedor/beneficiário:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Representante legal: **XXXXXXXXXXXX**, portador do RG nº **XXXXXXXX**, inscrito sob CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES/DESCRIÇÕES E QUANTITATIVOS:

3.1. As especificações/descrições, os quantitativos estimados e os preços são os constantes da tabela 1 adiante:

TABELA 1

ITEM	Descrição	CATSER	UNID.	QUANT. “A”	VALOR UNITÁRIO (R\$) “B”	VALOR MENSAL (R\$) (A X B) “C”
1	Auxiliar Administrativo I	5380	Posto	XX	XXXXX	XXXXX
2	Auxiliar Administrativo II	5380	Posto	XX	XXXXX	XXXXX
3	Auxiliar Administrativo III	5380	Posto	XX	XXXXX	XXXXX
4	Marinheiro	17370	Diária	XX	XXXXX	XXXXX
5	XXXXXXXXXX	XXXXX	XXX	XX	XXXXX	XXXXX
6	XXXXXXXXXX	XXXXX	XXX	XX	XXXXX	XXXXX

3.2. Local de execução dos serviços:

- a) Sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, situada na Rua Domingos Marreiros, 690 – Bairro do Umarizal - CEP 66-055-215 – Belém/PA – Telefone: (91) 3299-0111.
- b) Sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA/PA**, situada na Av. Tancredo Neves, nº 3256 – Bairro Jardim Independente II - Altamira/PA - CEP: 68.372-222, (Telefone: (93) 3515-2526).
- c) Sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA**, situada na Rodovia Transamazônica, nº 1076 - Bairro Amapá – Marabá/PA - CEP 68.502-700 - Telefone: (94) 3312-1500.
- d) Sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA**, situada na Av. Marechal Castelo Branco, nº 915 – Interventoria - **Santarém/PA** – CEP: 68.908-198. Telefones: (93) 3512-0800 / 3512-0848 / 3512-0846 / 3512-0855.
- e) Sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA/PA OU em seu ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO**, situada/o no Município de mesmo nome.
- f) Sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS/PA OU em seu ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO**, situada/o no Município de mesmo nome.
- g) Sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO/PA OU em seu ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO**, situada/o no Município de mesmo nome.
- h) Sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ/PA OU em seu ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO**, situada/o no Município de mesmo nome.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO

4.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso. (Art. 22 do **DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023**), (Art. 84 da **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**).

4.2. Eventual contratação decorrente desta ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Eventual contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pela PR-PA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O instrumento contratual de que trata o item 4.2 deverá ser assinado no prazo de validade desta ata de registro de preços.

4.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1. **Não será permitida a Adesão de órgãos não participantes da licitação.**

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CADASTRO DE RESERVA:

6.1. Faz parte desta ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.1.2. Mantiverem sua proposta original.

6.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.3. O registro a que se refere o item 6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário desta ata.

6.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

8.1. As regras para cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados na presente ata serão aquelas estabelecidas nos arts. 28 e 29 do [DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023](#).

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES:

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital correspondente e, se for o caso, no Termo de Referência*

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital, Termo de Referência ou na minuta do termo de Contrato.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada eletronicamente, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Belém/PA, data da assinatura digital.

RENATO TABOSA KOCH COUTINHO

Secretário Estadual da PR/PA

Órgão Gerenciador

Assinatura eletrônica

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da Fornecedora/Beneficiária

Assinatura eletrônica

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Matrícula XXXXXX

Assinatura eletrônica

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Matrícula XXXXXX

Assinatura eletrônica